



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

ALINE PEREIRA ALMEIDA¹
LAIS OLIVEIRA MOTA²
LUANA MONTEIRO GOMES³
LIANE DA SILVA MENDES⁴

Resumo: Este artigo objetiva discorrer acerca de questões relativas à Instrumentalidade do Serviço Social. Para tanto, tornou-se relevante neste estudo abordar a ontologia do ser social, como também fazer uma breve tessitura histórica da instrumentalidade. Buscando-se ainda dissertar sobre a “Racionalidade Formal Abstrata”, a qual implica na deformação da prática profissional, tornando-a, assim, metódica e burocrática. Neste sentido, teceu-se uma crítica, por meio da “racionalização do modo de vida”, componente elementar das Ciências Sociais, feita por Weber. O artigo pretende também apresentar a correlação de forças presente no corpo social, como também trazer para o debate o diálogo permanente que deve haver entre Teoria e Prática no âmbito profissional, para que, desta forma, possa-se superar tais questões.

Palavras-chave: Racionalidade; Ontologia do Ser Social; Instrumentalidade; Serviço Social.

Abstract: This article aims to discuss issues related to the Instrumentality of Social Work. Therefore, it became relevant in this study to approach the ontology of the social being, as well as to make a brief historical tessitura of the instrumentality. The aim is still to discuss "Abstract Formal Rationality", which implies the deformation of professional practice, thus making it methodical and bureaucratic. In this sense, a criticism was made, through the "rationalization of the way of life", elemental element of Social Sciences, made by Weber. The article also intends to present the correlation of forces present in the social body, as well as to bring to the debate the permanent dialogue that must exist between Theory and Practice in the professional scope, so that, in this way, one can overcome such questions.

Keywords: Rationality; Ontology of the Social Being; Instrumentality; Social service.

1 INTRODUÇÃO

Partindo da leitura dos estudiosos acerca da instrumentalidade, principalmente de Yolanda Guerra, este estudo vem discutir a necessidade de se compreender a temática no exercício profissional do assistente social, uma

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <alialmeida00@gmail.com>

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará.

vez que oportuniza aos profissionais objetivarem a intencionalidade em suas ações. De tal forma, segundo Guerra (2011, p. 203, grifos da autora),

Na afirmação da sua instrumentalidade, o assistente social acaba por utilizar-se de um repertório técnico operativo comum a outras profissões sociais, porém a intencionalidade posta na utilização do instrumental técnico porta a *tendência* de propiciar resultados condizentes com a perspectiva para a qual sua ação se direcionou.

Para tanto, faz-se necessário entender a instrumentalidade “como uma propriedade ou um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional” (GUERRA, 2000, p. 1), ou seja, deve-se vê-la como uma propriedade constitutiva da profissão construída e reconstruída sócio-historicamente, para que assim se constitua em condição de reconhecimento social da profissão.

Torna-se relevante também abordar os fundamentos ontológicos do ser social como forma de mostrar que a instrumentalidade é construída no processo de trabalho, sendo, dessa forma, a instrumentalidade “tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho” (GUERRA, 2000, p. 2), possuindo, assim, todo trabalho social instrumentalidade.

Pelo processo do trabalho os homens modificam a si mesmos, aos outros, como também a realidade em que vivem. Sendo que no trabalho, os homens desenvolvem capacidades, como também mediações “em nível da reprodução do ser social como ser histórico, e, portanto, postas pela práxis” (GUERRA, 2000, p. 4). Assim, a instrumentalidade “é transposta para as relações dos homens entre si, interferindo em nível da reprodução social. Mas isso só ocorre em condições sócio-históricas determinadas” (GUERRA, 2000, p. 4).

Desta forma, pensar acerca da compreensão da instrumentalidade faz-se relevante, pois leva o assistente social no horizonte do exercício profissional a tomar o serviço social em suas múltiplas dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnica-operativa. Sobretudo, é pela discussão da instrumentalidade que se entende a funcionalidade profissional do assistente social, os quais fazem uso de instrumentos técnicos para assegurar direitos

aos sujeitos. Ao passo que, o assistente social, de acordo com Pontes (2016, p. 200), é o profissional que “pode, no processo de intervenção propriamente dito, ter a possibilidade de articular as forças e os sujeitos em presença”.

2 APORTE TEÓRICO

2.1 SIGNIFICADO SÓCIO-HISTÓRICO DA INSTRUMENTALIDADE

Considerando que não se deve “perder de vista que qualquer ação humana está condicionada ao momento histórico em que ela é desenvolvida” (SOUSA, 2008, p. 125), torna-se relevante contextualizar teórico e historicamente a instrumentalidade, a fim de que se possa entender como este tema surge nas ciências sociais, em específico no serviço social. De acordo com Yamamoto (1995), é de suma relevância que se reconheça as limitações e as possibilidades históricas, dadas pela própria realidade social, para que assim o serviço social não tenha um posicionamento fatalista, por um lado, ou uma postura messiânica, por outro.

Pode-se dizer que no percurso histórico do serviço social no Brasil, a construção da instrumentalidade teve seu início ainda na década de 30, com a criação da profissão, tendo esta, na década de 80, uma redefinição de seu direcionamento social, face ao movimento de renovação do serviço social. Sendo que a década de 80 é vista na profissão como uma fase de “maioridade intelectual” (NETTO, 1991, p. 275 apud COSTA, 2008, p. 21), pois teve muitas produções de avanços críticos, o que contribuiu para uma visão crítica da sociedade e da profissão. Conforme Guerra (2011, p. 22, grifos da autora):

O processo de renovação vivenciado pelo serviço social, a partir da década de 60, caracterizado pela presença de novas forças no seu interior como determinação particular de um processo mais amplo, que se constitui na intersecção de forças sócio-políticas, econômicas e culturais “de novo tipo” que figuram no cenário nacional, coloca à intervenção dos assistentes sociais *demandas e requisições* sobre as quais nosso conhecimento teórico não alcançou suficientemente seu núcleo racional.

Assim, teoricamente, o debate que ocorreu pós-80 fez com que a concepção do serviço social fosse visto como uma atividade inserida na divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade capitalista.

Se no momento da origem do Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão do trabalho, era apenas a sua dimensão técnica que lhe garantia os estatutos de eficácia e competência profissional (isto é, era a forma e os resultados imediatos de sua ação que lhe garantiam legitimidade e reconhecimento da sociedade), o Movimento de Reconceituação buscou superar essa visão unilateral. No universo das diversas correntes que atuaram nesse movimento, a principal motivação era dar ao Serviço Social um estatuto científico (SOUSA, 2008, p 121).

Costa (2008 apud GÖHRING, 2014, p. 29) corrobora com esta visão, logo salienta “que o debate da década de 1980 permite uma retomada da questão dos instrumentos técnicos operativos na profissão sob novas bases teórico-metodológicas, porém, sem estudos focados na questão especificamente”.

Tal compreensão faz com que se pense a profissão para além de suas fronteiras, buscando concomitantemente situar as condições materiais-objetivas nas quais o serviço social intervêm (GUERRA, 2002). Isto tudo possibilita pensar a profissão no contexto das relações sociais no seio da sociedade capitalista, visto que é nesta contextualização que se exprimem as relações sociais fundamentadas na e para a sociabilidade do capital. De acordo com Medeiros (2013, p. 15),

Essas relações estabelecem os limites e as possibilidades ao Serviço Social, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, submetida às relações de propriedades que a sustentam e a determinam, nas condições objetivas e subjetivas do trabalho.

Neste sentido, torna-se relevante discutir o trabalho, visto que ele está na base da atividade econômica, além de fazer referência à própria maneira de ser dos homens e da sociedade, sendo este uma categoria fundamental para que se compreenda o movimento dialético entre o homem e a natureza.

2.2 ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E O TRABALHO COMO CONCRETIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL E ESPIRITUAL

Para se compreender a ontologia do ser social sob a ótica de Marx é preciso analisar o homem enquanto categoria do ser real que está inserido em um contexto histórico e concreto, assim como este se constrói dialeticamente na sociedade, tornando-o diferente dos outros seres que habitam na natureza, pois detém a aptidão de alterar a sua própria realidade, dando subsídios para a

sua própria sobrevivência, estabelecendo, assim, relações objetivas e subjetivas consigo mesmo.

O ser social relaciona-se com a natureza, promovendo um caráter de humanização da atividade humana. Essa socialização permite que os homens constituam relações entre si, construindo, assim, mediações, que se manifestam como atividade social, resultando no mundo real concreto. Para Marx, o trabalho:

É um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana (MARX, 2014. p. 211-212).

O trabalho, portanto, é a exposição da capacidade humana de planejar, criar e construir a sua própria existência que estabelece novos modos de vida, culturas, moldando a sociedade e construindo os bens necessários por meio de suas potencialidades racionais. Ademais, este processo perdeu seu caráter humanizador e sua ação passou a ser objeto de mercadoria num processo de lucro e mais valia, imperando o capital sobre a vida social. Essa lógica tem levado os homens à uma reprodução alienante que se materializa no fenômeno da reificação, vinculada diretamente ao processo de produção capitalista.

Os trabalhos particulares realizados independentemente uns dos outros, mas interdependentes em todos os sentidos, como parcelas naturalmente integrantes da divisão social do trabalho, são, de modo contínuo, ajustados às proporções requeridas pela sociedade. É que, nas eventuais e flutuantes proporções de troca dos produtos desses trabalhos particulares, impõe-se o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, que é a lei natural reguladora, que não leva em conta pessoas [...] A determinação da quantidade do valor pelo tempo do trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias (MARX, 2014, p. 97).

O caráter do trabalho passa a ter um valor, de modo que se estabeleça o uso que abarque inicialmente as condições materiais e espirituais do homem.

Consequentemente, o trabalho adquire o valor de troca a partir das condições, necessidades e demandas das relações sociais, trazendo à tona o debate acerca da burguesia *versus* proletariado em que tendencialmente nos remete a desumanização do trabalhador, na medida em que estes são subordinados a mera troca de mercadorias para o capital, coisificando a mercadoria, bem como a vida social.

[...] A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Neste caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade (MARX, 2014, p.119).

Nessa perspectiva, Marx busca debater a sua teoria social por meio da *práxis*, em que o processo da participação do ser se dá diretamente com a natureza, para apropriar-se dos meios oferecidos por esta. Para que isto ocorra, é preciso que a classe trabalhadora se aproprie de uma organização para atingir a sua consciência e posteriormente sua liberdade. Para tanto, Marx busca analisar o ser social no instante em que este se reconhece no mundo, partindo do concreto que age no pensamento do homem para extrair abstrações que superem a superficialidade, “porque é a síntese de múltiplas determinações” (MARX, 2014, p. 116).

O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta se não especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico, o sujeito – a sociedade – deve figurar sempre na representação como pressuposição (MARX, 2014, p. 117).

Marx afirma que o ser social parte do pensamento do real, transporta sua abstração para a mente e volta ao real como concreto pensado. Deste modo, é preciso conhecer as determinações, condicionalidades, fatores que validem a ação deste pensamento, passando a existir na mente do ser social para que se projetem características concretas e reais. O trabalho, enquanto categoria ontológica do ser social é a capacidade de gerir a sua própria existência, visto que é pela via do trabalho que as necessidades são criadas. Na concepção marxista, é esta relação que fundamenta e reproduz a vida

material, dando vida à cultura e a novos modos de existir como condição fundamental para o desenvolvimento da práxis e do desenvolvimento social.

2.3 AS CATEGORIAS TRABALHO E PRÁXIS COMO FORMA DE CONHECIMENTO PARA A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Partindo do conceito de “Trabalho”, Yolanda Guerra reitera que por meio do trabalho os homens satisfazem as necessidades materiais e espirituais, por essa razão o trabalho é apreendido como um conjunto de atividades direcionadas para alcance de objetivos e finalidades. Todo esse processo de transformação do trabalho associadas à teoria se caracteriza na Práxis, ou seja, os homens por meio de suas objetivações e finalidades realizam atividades práticas reflexivas, em que se obtêm a necessidade de diversas capacidades e propriedades que baseiam as atividades que serão desempenhadas.

Essa discursão teórica visa destacar o tema da Instrumentalidade, Guerra (2007) afirma que instrumentalidade está ligada com obtenção de uma ou mais capacidade e propriedade de algo, capacidades e propriedades essas indispensáveis da profissão construídas e reconstruídas no processo sócio-histórico. Vale ressaltar que o profissional vai adquirindo essas capacidades no exercício profissional, além de ser necessário frisar que o termo instrumentalidade vai além dos instrumentais – técnicos.

No exercício profissional, o Assistente Social com sua capacidade modifica, transforma as relações sociais e as condições subjetivas e objetivas no nível da realidade social. Como as demandas impostas a esse profissional são frutos de saturadas determinações presente na totalidade, exigem dos profissionais intervenções que são oriundas da razão crítica permeadas por valores éticos e políticos, além de está baseado por referenciais teóricos metodológicos.

Yolanda Guerra (2007) constata que a instrumentalidade do exercício profissional como mediação, possibilita que na prática do profissional o embasamento teórico permita compreender as particularidades e singularidades do cotidiano, nesse quesito a instrumentalidade irá relacionar as

dimensões técnico-instrumental, ético-política, teórico-instrumental. Nesse sentido, o profissional tem que negar uma prática instrumental e imediata, buscando e elaborando uma intervenção mais qualificada.

3 A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL COMO FATOR DE SUPERAÇÃO DA RACIONALIZAÇÃO

3.1 O PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO

A Categoria Racionalidade ocorre da derivação da razão, ou seja, a racionalidade é o movimento em que capturamos as formas de conceber o mundo, sociedade, realidade, dentre outros. Esse movimento da racionalidade implica no “vir-a-ser”, processo em que a razão capta da realidade abstrações que são levadas ao intelecto para compreender as determinações no campo das mediações, interligando essa compreensão com determinações presentes na realidade.

O processo de racionalização comporta objetivos a serem coordenados de forma imediata, por meio de um processo de organização que busque a burocratização pela via do controle sobre as ações por intermédio de ideias, tangencia o trabalho por meio de ações humanas, ampliando as esferas sociais por meio de uma ação instrumental que depende do estabelecimento do progresso técnico. Segundo Guerra (2011. p. 44- 45):

[...] a “racionalidade” contempla um nível de generalidade tal que nos possibilita captar a *unidade objetiva* dos processos sociais, remetê-los ao marco do sistema capitalista, apanhar tanto as determinações que se mantêm quanto aquelas que se transformam, as conversões, as condições e possibilidades contidas nos processos sociais. Mais ainda, por ser uma categoria ontológica, a *racionalidade incorpora nosso objeto de estudo* – a instrumentalidade da intervenção profissional do assistente social –, é construída no seu movimento, medeia-o, articula-se a ele, expressa sua lógica de constituição.

A análise que a autora faz nos remete a compreensão de que a racionalidade envolve a intervenção na profissão de serviço social, mediante a realidade da ação condiciona a vida social. A este processo, entende-se que é o início da institucionalização nas relações sociais, por meios dos instrumentos para compreender a especificidade das ações sociais, projetando uma unidade

diversa entre o pensar, o fazer profissional, de modo pragmático, repetitivo e imediatista, a fim de se obter a forma concreta de padronizar o que Weber formula como racionalidade formal-abstrata.

Partindo-se da noção que se deve desvendar e ultrapassar os limites do racionalismo formal abstrato, que se levantou um pouco da discussão desta abordagem para o trabalho. A racionalidade formal abstrata funda-se nos princípios positivistas, assim como nos neopositivistas, considerando os processos sociais como fatos, ou seja, como coisas. Contudo, apesar de estar presente no positivismo de Comte, como também nas correntes neopositivistas, concebe-se ao pensamento de Durkheim sua origem e desenvolvimento.

Ao pensamento de Émile Durkheim [...] pode ser tributada a institucionalização do paradigma da racionalidade formal-abstrata na análise das estruturas sociais, na medida em que suas concepções teóricas e metodológicas encerram a pretensão, não apenas de estabelecer uma explicação totalizadora da sociedade, mas, sobretudo, de *orientar uma programática de ação sobre a sociedade* (GUERRA, 2011, p. 57, grifos da autora).

Tal racionalidade traz por entendimento que a análise dos fenômenos sociais deve partir do empírico, num processo de constructo de um modelo formal-abstrato de compreensão do objeto. Mas esta ao abdicar as dimensões do historicismo, humanismo e razão dialética no conhecimento da realidade, proporciona o fortalecimento do irracionalismo, como também uma visão fetichizada da realidade. Neste sentido, ganham mais aceitação as análises focadas no imediato. Sendo que o conhecimento dos fenômenos sociais quando se realiza por meio de um modelo “formal-abstrato”, a partir de dados imediatos, empíricos e objetivos, torna-se passível de classificação e de manipulação (SIMIONATTO, 2009), o que leva a intervenção do assistente social a se basear em operações lógico-formais.

Por outro lado, a respeito da burocracia, segundo Weber, esta molda a estrutura organizacional da instituição, em que define o funcionamento do sistema, bem como suas atividades principais para regular as leis racionais, almejando eficiência, e promovendo o poder no que tange a planejamentos e execuções das atividades econômicas. Neste sentido, o controle burocrático encontra-se no bojo da racionalidade formal no Estado Moderno, organizado,

bem delimitado por meio de mando e subordinação, condicionando todos a seguir as regras subsidiando a evolução e o desenvolvimento capitalista. Para Mészáros (2002, p.409), o objetivo de Weber é:

A descrição tendenciosa das relações capitalistas como horizonte insuperável da própria vida social. É esta a razão pela qual a sua concepção, que eterniza as “alternativas” históricas, está articulada ao capitalismo, de um modo ou de outro, desde as alegadas “antigas formas capitalistas de aquisição” (em outras palavras, para ele a aquisição se iguala a capitalismo, tanto ao antigo como ao moderno) até a ‘especificidade racional’ do capitalismo moderno.

Podemos vislumbrar que a dominação racional se apropria do seu domínio constituído nas bases da relação capitalista, pondo em cheque a própria vida social. O controle burocrático exerce uma espécie de controle racional sobre os trabalhadores, detectando a função e o controle sobre o operário, dominando os meios de produção, rigor e disciplina na execução dos serviços.

3.2 UNIDADE TEORIA PRÁTICA

Avaliando o discurso disseminado na sociedade capitalista que “na prática a teoria é outra”, Guerra (2009, p. 5) ressalta que a separação da teoria e prática em dois polos divergentes fortalece a racionalidade hegemônica do capitalismo, o que resulta na indagação da autora “compete a nós apreender para que e para quem sirva essa desqualificação da teoria?”.

Essa separação direciona práticas profissionais que reforçam a alienação e contradições, frutos da ordem burguesa. Essa perspectiva é resultado da conjuntura histórica, econômica, sociopolítica, que deve ser pugnada para não se tornar um discurso homogêneo e hegemônico no interior da profissão. Esta forma de conhecimento pode torna-se instrumento de manipulação, na medida em que o conhecimento não busca desvelar a realidade, a sua atividade se reduz a sustentar a práxis no sentido imediato (LUKÁCS, 1988 apud FORTI; GUERRA, 2009).

Partindo desta discussão, cabe ressaltar que para o Assistente Social, sendo o profissional que intervém na realidade social, é de suma importância que este obtenha a competência e capacidade de compreender a totalidade.

Desse modo, para que essa compreensão seja bem sucedida é necessário suporte teórico.

A relação entre teoria e prática não se dá imediatamente seja no sentido temporal seja em referência aos nexos fundamentais que se põem nesse processo. Com isso se quer dizer que a possibilidade de determinada teoria revelar a realidade social é histórico-social (FORTI; GUERRA, 2009, p. 16)

Contudo, quando o referencial teórico é negado, negligenciado e inoperante, o profissional resulta em uma prática manipulatória. Nesse viés, os desdobramentos do Movimento de Reconceituação somado com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o Código de Ética da profissão trazem referências como valores Humanistas e Ontológicos para o exercício profissional, o que implica no aprimoramento profissional para apreender e compreender a realidade social.

Desse modo, torna-se importante ressaltar a Racionalidade Formal Abstrata, que empregada ao campo do Serviço Social, corresponde ao não aprofundamento da fundamentação teórica. Dessa forma, quando há análise e a mesma não consegue dar respostas instantâneas às demandas postas na prática profissional, são desqualificadas por não favorecer esse viés imediatista. A instrumentalidade no aspecto técnico operativo das demandas profissionais implica, muitas vezes, ao que se chama Racionalidade Instrumental, que se configura como ações profissionais postuladas por uma ordem Institucional.

A Racionalidade Instrumental direcionada ao cotidiano profissional é tida como, segundo Forti e Guerra (2009, p.11), “(...) conhecimentos sobre a realidade (empírica), captados equivocadamente como teorias, fato que propicia ao profissional um quadro referencial inconsistente, eclético, constituído de informações parciais, fragmentadas e abstratas”, que se difere da razão dialética- a qual pretende captar o real em suas múltiplas determinações e ratificar a natureza histórica e criadora da práxis humana, pois imprime uma ação limitada, enquanto a dialética estimula a criticidade e emancipação.

Assim, deve-se ter atenção às posturas no cotidiano profissional, posto que instrumentalidade pode ser usada à favor dos interesses do capital e da

seletividade posta pelas Instituições ao não priorizarem as necessidades do usuário.

No âmbito da superação relativa às lacunas ainda presentes na profissão, o entendimento das totalidades presentes no corpo social e o modo como ocorre a institucionalização desses profissionais, em que suas ações ficam invisibilizadas e distantes de valores e regimentos basilares da profissão, Forti e Guerra (2009) apontam como superação de ações imediatistas, por meio da instrumentalidade, “a dimensão intelectual que lhe compete compreende que operações particulares têm conexão com a totalidade e requerem a aquisição de preparo teórico (ético-político) e metodológico capaz de desvelar e efetivar sua atividade profissional” (FORTI; GUERRA, 2009, p. 9).

Ademais, muito desse viés pragmático ainda decorre do não entendimento do contexto do surgimento da profissão. Essa discussão implica fazer análises a profissão, seu período de renovação, estudando o que se pretende manter ou distanciar da prática profissional. Mediante esse entendimento, os profissionais do Serviço Social necessitam entender que a profissão surge dessa necessidade de modernização do capital, para isso o estudo das formas de produção e os contextos e teorias que aclaram os moldes postos na profissão, seu modo de funcionamento, são necessários ser entendidos, para se assumir na contemporaneidade uma postura de criticidade e se distanciar essas posturas conservadoras.

Dessa forma, em consonância com os aspectos mencionados, outro ponto de carência na discussão relativa à Instrumentalidade está em estudar de forma isolada os instrumentais (a exemplo da entrevista, visita domiciliar, parecer social, relatórios, entre outros). Como afirma Martinelli e Koumrouyan (1994, p.137), “o instrumental e a técnica estão relacionados em uma ‘unidade dialética’, refletindo o uso criativo do instrumental com o uso da habilidade técnica. O instrumental abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades”. Esse ideário está diretamente atrelado às dimensões analíticas do Serviço Social, que se articulam com a teoria para compreender demandas cotidianas e atender às necessidades do Serviço Social contemporâneo, como afirma Guerra (2011, p. 172):

(...) um entrave à intervenção quanto como uma derivação e exigência de uma determinada concepção acerca da relação teoria/prática, é a aplicação indiscriminada de modelos na análise e diagnóstico da realidade; a utilização de técnicas e instrumentos retirados de manuais; o estabelecimento de princípios, normas e regulamento de ações a aceitação acrítica dos já instituídos, prevalecendo uma relação de exterioridade entre sujeito e objeto e de neutralidade entre sujeitos envolvidos no processo.

Dessa forma, o Serviço Social na contemporaneidade requer novos olhares sobre seu objeto de estudo, estudo esse sempre pautado na unidade teoria prática dentro da categoria. Como afirma Santos (2010, p. 5), “teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da possibilidade e o da segunda o da efetividade”. A crescente falta do não aprimoramento da ação profissional, só reafirma profissionais cada vez mais fadados e engolidos pelo cotidiano profissional em que não há o desenvolvimento de novos pensamentos e práticas, somente reprodução de ideais.

Não há como negar que, muitas vezes, estas questões exigem providências imediatas, (...) mas o problema é a imersão neste imediato, é o que se vê e deixa de ser visto nele, é o como se transita nele, limitando as ações às consequências, deixando amortecidas suas múltiplas e complicadas causas, causas estas encaradas como algo abstrato e distante. Mais que isto, o grande limite, talvez, se encontre no ato de deixar-se levar pela reprodução e repetição, enquanto, contraditoriamente, se adota o discurso da cidadania, da transformação, da emancipação, ignorando-se os caminhos a serem percorridos e as mediações a serem construídas (JUNCÁ, 2012, p.184).

Na análise de Juncá (2012), o momento de pensar a profissão e valores subjacentes às atuações e respostas as demandas está ligado diretamente com o modo e postura que o Assistente Social assume frente ao usuário, pois essas ações não deve visar o atendimento superficial, posto que é importante incentivar o protagonismo do usuário, por meio também da consciência política.

Para seguridade desses direitos e a construção do reconhecimento da Instrumentalidade na profissão, a mediação compreende-se como a competência do profissional superar a imeditividade, voltando seu olhar do macroscópico, de análises genéricas e imediatistas para o aprofundamento que requer sua profissão. Dessa forma, Lukács afirma que “a totalidade, por sua vez, [...] incorpora condições e possibilidades [...] as quais inscrevem-se no

próprio processo dialético, cuja relativização permite tanto a especificação do universal em particular como dilatação do particular em universal” (LUKÁCS, 1968, p.92). Ademais, não devemos dissociar a mediação da ontologia do ser social, visto que essas categorias se apoiam na realidade e estão presente no interior de cada indivíduo, na sua relação com a natureza e o próprio homem no processo condicionante da existência humana: o trabalho. Mediante o exposto, Fernando (2013, p. 75), estabelece que,

A noção de totalidade traz, em si, a unidade de dimensões diferentes que são impensáveis, inexplicáveis, sem a íntima conexão entre o imediatamente aparente e o processo genético que o explica. O singular, o imediatamente posto, contém o todo na sua riqueza (a universalidade do processo), com suas múltiplas particularidades e mediações, mesmo que não o revele de imediato. [...] Os indivíduos, seres sociais humano-genéricos, produtos sociais de uma construção histórico-social, são seres que trazem na sua constituição o legado humano, a construção histórica humana, ainda que sob condições particulares. Essa é a trama que compõe a categoria da totalidade como parte de um processo único e indivisível da tríade singular, universal e particular.

Assim, sempre pautando os fundamentos teóricos, o *Ser Social* projeta mediações em que possa superar a imeditividade a partir da negação para chegar à totalidade. Dessa forma, como afirma Guerra (2011, p. 2), “ao atuarem no cotidiano, e nas demandas de classe que demandam sua intervenção convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance de objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações”. A harmonia entre esses elementos deve estar sempre presente na ação profissional do Assistente Social, como afirma Setúbal (1995), “talvez estejamos nos esquecendo de que o “aparente é apenas uma nuance do real e que esse real para ser compreendido requer que se mergulhe nele de forma incessante e profunda” (SETÚBAL, 1995, p.15). Portanto, a Instrumentalidade deve objetivar o desvelamento de ideários alienantes que levam os sujeitos a não possui consciência do real significado de seus direitos, já que não os enxergam como dever da esfera pública e sim prestação de favores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante estas elucidações e a partir das literaturas lidas acerca da instrumentalidade, pode-se notar que o fazer profissional do serviço social não deve desconectar-se da instrumentalidade, nem do seu significado sócio-histórico, posto que “a análise da instrumentalidade [...] possibilita-nos uma compreensão mais aproximada do significado, conteúdo e direção da prática profissional do assistente social, compreensão esta de caráter preliminar, relativo, porém inclusivo” (GUERRA, 2011, p. 201).

Desta forma, o presente trabalho objetivou-se em se apreender a instrumentalidade no exercício profissional dos assistentes sociais, sendo condição concreta de reconhecimento da profissão, posto que por meio da instrumentalidade “os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível de realidade social: no nível do cotidiano” (GUERRA, 2000, p. 1). Como também teve por finalidade, em um segundo plano, de verificar a relevância dos instrumentais no agir profissional, posto que o assistente social inserido nessa dinâmica da realidade social operacionaliza sua ação profissional usando a instrumentalidade, a qual é inerente ao próprio modo de ser da profissão.

Compreender a posição que a dimensão instrumental da intervenção profissional ocupa na prática do assistente social exigiu a adoção de referências teórico-metodológicas, procedimentos analíticos, categorias intelectivas que extrapolam o âmbito do Serviço Social, bem como das racionalidades subjacentes às formas de ser e pensar a profissão (GUERRA, 2011, p. 14).

Nesse contexto, considerou-se o processo de trabalho, posto que é por este que os homens transformam a si e a outrem, como também por considerar que todo trabalho social tem instrumentalidade (GUERRA, 2000), uma vez que “o *trabalho*, enquanto objetivação fundante do ser social, *contém em si determinações materiais e ideais*, as quais *incorporam não apenas o fazer, mas o porquê, o para que e o quando fazer*, ou seja, a intencionalidade das ações humanas” (GUERRA, 2011, p. 14, grifos da autora).

Assim, podemos dizer que ao se pensar na instrumentalidade do serviço social, devemos pensar que são inúmeras as possibilidades de o profissional

intervir na realidade, o que requer, segundo Iamamoto (2004), tomar um banho de realidade.

REFERÊNCIAS

COSTA, F. S. M. **Instrumentalidade do Serviço Social**: dimensão teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa e exercício profissional. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

FERNANDO, J. S. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental?. **Katálisis**, Florianópolis, v.16, n.1, p.72-81, jan./jun. 2013.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? In: _____. (Org.). **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GÖHRING, L. B. **Reflexões sobre a instrumentalidade do serviço social**: uma experiência dentro do Instituto Guga Kuerten. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais: módulo 4**. Brasília: CEAD, 2000. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. **Libertas**, Juiz de Fora, 2002. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistalibertas/edicoes-anteriores/volume-2-numero-2-e-volume-3-numeros-1-e-2>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. A instrumentalidade no trabalho do serviço social. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, maio 2007, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte, 2007.

_____. **A instrumentalidade do serviço social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

JUNCA, Denise. A teoria é uma coisa, mas a prática pode não ser outra. **Serviço Social em Questão**, Rio de Janeiro, v.15, n. 27, p.179-182, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a particularidade como categoria estética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia, KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 54, 1994.

MEDEIROS, I. E. S. **A questão da instrumentalidade do serviço social e as dimensões prático-sociais no exercício profissional do assistente social na área da educação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MÈSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra?** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SETUBAL, Aglair. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**, Brasília, 2009.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, ano 1, v. 8, p. 119-132, 2008. Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 31 ago. 2017.